



**UEPB**

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA**

**CAMPUS V**

**CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E SOCIAIS APLICADAS**

**DEPARTAMENTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

**CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

**ARTUR TARGINO GOMES**

**DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E CIDADES A PARTIR DA PERSPECTIVA  
DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS: UMA ANÁLISE DA INICIATIVA CIDADES  
EMERGENTES E SUSTENTÁVEIS EM JOÃO PESSOA**

**JOÃO PESSOA**

**2023**

**ARTUR TARGINO GOMES**

**DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E CIDADES A PARTIR DA PERSPECTIVA  
DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS: UMA ANÁLISE DA INICIATIVA CIDADES  
EMERGENTES E SUSTENTÁVEIS EM JOÃO PESSOA**

Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo) apresentado ao Programa de Graduação em Relações Internacionais da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel em Relações Internacionais.

**Orientador:** Prof<sup>ª</sup>. Dra. Elze Camila Ferreira Rodrigues

**JOÃO PESSOA  
2023**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

G633d Gomes, Artur Targino.

Desenvolvimento sustentável e cidades a partir da perspectiva das Relações Internacionais: uma análise da iniciativa Cidades Emergentes e Sustentáveis em João Pessoa [manuscrito] / Artur Targino Gomes. - 2023.

42 p. : il. colorido.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Relações Internacionais) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Biológicas e Sociais Aplicadas, 2023.

"Orientação : Profa. Dra. Elze Camila Ferreira Rodrigues ,  
Coordenação do Curso de Relações Internacionais - CCBSA. "

1. Desenvolvimento sustentável. 2. Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID. 3. Neoliberalismo. I. Título

21. ed. CDD 338.9

ARTUR TARGINO GOMES

**DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E CIDADES A PARTIR DA PERSPECTIVA  
DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS: UMA ANÁLISE DA INICIATIVA CIDADES  
EMERGENTES SUSTENTÁVEIS EM JOÃO PESSOA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Relações Internacionais da Universidade Estadual da Paraíba como requisito parcial à obtenção do título de bacharel em Relações Internacionais.

Aprovado em: **21/11/2023**.

**BANCA EXAMINADORA**



Elze Camila Ferreira Rodrigues (Orientadora)  
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Alexandre César Cunha Leite  
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Caio Csermak  
Universidade Federal da Paraíba (UFPB)

## SUMÁRIO

<b>1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....</b>	<b>6</b>
<b>2. CONTEXTUALIZANDO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL.....</b>	<b>7</b>
2.1 Evolução do Desenvolvimento Sustentável como campo de estudo.....	10
<b>3. A TEMÁTICA URBANA NAS AGENDAS INTERNACIONAIS.....</b>	<b>16</b>
3.1 Cidades nas Relações Internacionais.....	18
<b>4. CONTEXTUALIZANDO A INICIATIVA CIDADES EMERGENTES E SUSTENTÁVEIS... </b>	<b>20</b>
4.1 ICES em João Pessoa.....	25
4.2 Implantação do João Pessoa Sustentável.....	28
<b>5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>34</b>
<b>6. REFERÊNCIAS.....</b>	<b>36</b>

# **DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E CIDADES A PARTIR DA PERSPECTIVA DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS: UMA ANÁLISE DA INICIATIVA CIDADES EMERGENTES E SUSTENTÁVEIS EM JOÃO PESSOA**

Artur Targino Gomes

## **RESUMO**

O presente trabalho se propõe a analisar como os conceitos de desenvolvimento sustentável e a temática urbana podem se conectar entre si e com as Relações Internacionais. Dessa forma, foi realizado um estudo de caso sobre a aplicação da Iniciativa Cidades Emergentes e Sustentáveis, desenvolvida pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento, na cidade de João Pessoa, Paraíba. O programa possui como objetivo promover e financiar projetos para o desenvolvimento em vários setores (urbano, ambiental e fiscal) de cidades na América Latina e Caribe. O trabalho segue uma perspectiva neoliberal, que entende organizações internacionais como atores relevantes nas Relações Internacionais e que podem atestar a relação entre as temáticas estudadas no artigo e que deseja entender qual tipo de desenvolvimento o programa almeja para a capital paraibana.

**Palavras-chave:** Desenvolvimento sustentável; Cidades; BID; Neoliberalismo.

## **ABSTRACT**

This work aims to analyze how the concept of sustainable development and urban issues can connect with each other and with International Relations. In this way, a case study about the application of the Emerging and Sustainable Cities Initiative, developed by the Inter-American Development Bank, in the city of João Pessoa, Paraíba was executed. The program's objective is to promote and finance development projects in many sectors (urban, environmental and fiscal) of cities in Latin America and the Caribbean. This work follows an neoliberal perspective, which understands international organizations as relevant actors in International Relations and which can attest the connection between the themes studied in the article and wants to understand what type of development the program aims for in the capital of Paraíba.

**Keywords:** Sustainable development; Cities; IDB; Neoliberalism.

## 1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O desenvolvimento sustentável vem se estabelecendo nas agendas internacionais de desenvolvimento ao longo das últimas décadas, especialmente após a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (ECO-92), e passou a orientar políticas regionais, nacionais e locais de transformação econômica e social. (Oliveira, 2019). Os debates ambientais foram ampliados e passaram por diversas mudanças, mas o desenvolvimento sustentável continua sendo almejado e fomentando discussões nos mais diversos campos de estudo, inclusive nas Relações Internacionais.

Com o êxodo rural e a maior parte da população em todo o mundo morando em cidades, os problemas urbanos e assentamentos humanos também foram assuntos abordados em conferências internacionais e condutores de políticas públicas, muitas destas relacionando até mesmo o desenvolvimento sustentável no cenário urbano.

Os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, o Acordo de Paris e a Nova Agenda Urbana possuem como denominador comum a visão de que a luta pelo desenvolvimento sustentável será dada como ganha ou perdida nas cidades. (Menezes; Máximo. 2019). Há atores internacionais interessados em promover o desenvolvimento sustentável em cidades, como as organizações internacionais, que adquirem relativa autonomia em relação aos Estados e elaboram políticas e projetos próprios, segundo Herz e Hoffman (2004).

Um exemplo de projeto é a Iniciativa Cidades Emergentes e Sustentáveis (ICES), criada pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) em 2010 como forma de promover desenvolvimento em cidades latino-americanas e caribenhas de médio porte. Na fase piloto, Goiânia foi escolhida para ter a metodologia do projeto aplicada, e em 2013, após uma parceria com a Caixa Econômica Federal (CAIXA), ele se expande para as outras regiões do Brasil. João Pessoa foi a cidade selecionada no Nordeste, e a partir desse momento surge o programa conhecido como “João Pessoa Sustentável”.

O objetivo do trabalho é investigar o complexo conceito de desenvolvimento sustentável, como ele se conecta com os problemas das cidades e desdobram-se nas Relações Internacionais, por meio de uma abordagem qualitativa, analisando artigos científicos e levantamento bibliográfico acerca dessas temáticas. Além da análise bibliográfica e pesquisa aplicada sobre as temáticas anteriormente citadas, a pesquisa conta com o estudo de caso do João Pessoa Sustentável, que relaciona as três temáticas, e impulsiona o questionamento que

norteia a dissertação: que tipo de desenvolvimento o projeto aplicado na capital paraibana prioriza?

A natureza metodológica do trabalho é aplicada, encaminhada para um determinado fim, que seria realizar o estudo de caso específico. No que diz respeito aos objetivos, terão um caráter exploratório, em que além das pesquisas bibliográficas, a apresentação do caso da implementação da ICES em João Pessoa irá aprofundar a leitura e o conhecimento acerca da questão, com o auxílio do arcabouço conceitual.

O produto desta pesquisa está estruturado em três tópicos. Em primeiro plano, uma revisão de literatura acerca do conceito de desenvolvimento sustentável, passando pelos diversos momentos em que o conceito foi destaque e sobre teóricos que tentaram defini-lo. Em seguida, o objeto de análise são as cidades e como entraram na agenda de políticas públicas e como podem ser atores internacionais. Por fim, são abordados o BID, a metodologia do ICES e ações que estão sendo postas em prática no João Pessoa Sustentável, e a conclusão desta pesquisa.

## **2. CONTEXTUALIZANDO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**

Desenvolvimento foi um conceito associado ao progresso material e crescimento econômico por muito tempo. Na década de 1960, a preocupação com ameaças ambientais começam a despertar interesse na sociedade estadunidense, “quando o ritmo da expansão econômica que vinha marcando a “era de ouro” do capitalismo começou a dar sinais de enfraquecimento” (Machado, 2005). Nos anos 1970, “tal preocupação expande-se pelo Canadá, Europa Ocidental, Japão, Nova Zelândia, Austrália e culmina na década de 1980, quando essa preocupação atinge a América Latina, Europa Oriental, União Soviética e Sul e Leste da Ásia” (Leis, 1996). A associação dos ideais prévios de progresso com a mais recente aflição com o meio ambiente gerou o embrião daquilo que é conhecido como desenvolvimento sustentável, e torna-se proveitoso uma apresentação do processo de evolução desse conceito para melhor compreensão do caso a ser discutido.

Os debates sobre a degradação ambiental que começaram nos anos 1960 e resultaram na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, realizada em Estocolmo no ano de 1972, e conhecida como Estocolmo-72. A descarga de substâncias tóxicas na atmosfera, solos e na água eram tópicos que estavam sendo reconhecidos e debatidos pelos 113 chefes de Estado, além de várias organizações governamentais e não governamentais.

“Depois de 1972, percebeu-se que o problema não era simplesmente local, mas que existiam problemas globais” (Kniess, et al., 2022).

No ano seguinte a Estocolmo-72, o canadense Maurice Strong usa o conceito “ecodesenvolvimento” para falar sobre uma ideia alternativa de política de desenvolvimento. O economista franco-polonês Ignacy Sachs declara os princípios dessa nova definição desenvolvimentista, envolvendo a satisfação das necessidades básicas, solidariedade com as gerações futuras, a preservação dos recursos naturais e do meio ambiente em geral e a elaboração de um sistema social garantindo emprego, segurança social e respeito a outras culturas, entre outros fatores. Ainda na década de 1970, o economista Mahbub ul Haq e o cientista social Dieter Senghaas radicalizaram a argumentação, defendendo a necessidade da dissociação entre os países centrais e os países periféricos, para garantir o desenvolvimento dos últimos. A teoria do ecodesenvolvimento refere-se inicialmente às regiões rurais da África, Ásia e América Latina; ela ganhou cada vez mais uma visão das inter-relações globais entre subdesenvolvimento e superdesenvolvimento (Clóvis Cavalcanti Org., 1994). Conforme o cientista social Franz Brüseke, os debates acerca do ecodesenvolvimento prepararam a adoção do desenvolvimento sustentável. Segundo Montibeller Filho (1999), o próprio Sachs, grande divulgador do termo ecodesenvolvimento e a quem logo o conceito é associado, passou a utilizar também a nova expressão: desenvolvimento sustentável.

A partir da década de 1980 difunde-se o termo desenvolvimento sustentável. É um termo de influência anglo-saxônica (sustainable development), utilizado primeiramente pela União Internacional pela Conservação da Natureza, correspondente em inglês à IUCN (Montibeller Filho, 1999). Em 1983, o Secretário-Geral da ONU convidou a primeira mulher chefe de estado da Noruega, Gro Harlem Brundtland, para estabelecer e presidir a Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD). Em 1987, é publicado o Relatório Brundtland, intitulado “Nosso Futuro Comum”, que trouxe o conceito de desenvolvimento sustentável para o discurso público e buscava considerar numa ótica global as possibilidades de se reorientar o modelo de desenvolvimento.

Em sua análise sobre o discurso do DS em Conferências da ONU, Vilma Machado (2005) esclarece que outro documento que foi encaminhado à Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD) como contribuição regional aos preparativos foi produzido pela Comissão de Desenvolvimento e Meio Ambiente da América Latina e Caribe (CDMAALC). Esta comissão foi formada por iniciativa do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) e do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), em 1989,

pouco depois de a ONU ter encaminhado a discussão do Relatório Nosso Futuro Comum e convocado a CNUMAD, com o objetivo de divulgar uma visão regional sobre a problemática ambiental. O trabalho realizado pela CDMAALC foi sintetizado em um relatório publicado sob o título “Nossa Própria Agenda”, em 1991.

A II Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento aconteceu, sendo conhecida como Rio-92, em referência ao ano de realização e cidade-sede. A conferência foi responsável por evidenciar o conceito de DS para um número maior de pessoas do que havia sido visto nas últimas décadas. Além das delegações de 175 países, organizações governamentais e não governamentais, contou também com a participação da população. Até então, era a maior conferência realizada sobre o tema.

Como consequência, além da propagação da agenda ambiental, houve acordos importantes, como a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas, que resultou no acordo conhecido como “Protocolo de Quioto”, e a Convenção sobre Diversidade Biológica. A criação da Agenda 21, documento que propunha planos com metas de curto, médio e longo prazo que visam o desenvolvimento sustentável e estabeleceu a importância de cada país se comprometer a solucionar seus problemas locais na DS gira, principalmente, em torno da substituíbilidade do capital natural e da rivalidade entre o antropocentrismo e o ecocentrismo, a disputa pela EV já parte do princípio da substituíbilidade restrita e de uma postura antropocêntrica, e se distribui ao redor da aceitação ou não de políticas de crescimento econômico como estratégia máxima para alcançar os objetivos econômicos, ambientais e sociais socioambiental também foi um importante resultado da conferência.

Para avaliar o que havia sido estabelecido na Rio-92, em 2002 aconteceu a Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável, que ficou conhecida como Rio+10, realizada em Joanesburgo, África do Sul. Segundo Diniz (2002), foi possível perceber um fio condutor desde a primeira conferência em Estocolmo até a Rio+10, passando pela Rio 92. A Rio+10 destaca-se mais por mencionar os problemas da globalização e detalhar um plano de implementação que, embora quase não traga metas quantitativas, inicia uma ação coletiva rumo à proteção ambiental conectada ao desenvolvimento econômico e social.

Em 2012, aconteceu a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (CNUDS), na cidade do Rio de Janeiro, popularmente conhecida como Rio+20. O conceito de “economia verde” começou a ganhar notoriedade a partir dessa conferência, e o PNUMA [2023] a define em seu site como “uma economia que resulta na melhoria do bem-estar da humanidade e igualdade social, ao mesmo tempo em que reduz significativamente os riscos ambientais e a escassez ecológica”. A economia verde foi alvo de

muitas críticas, por ser vista como uma reformulação de políticas já existentes do DS. Como resultado, houve a aprovação do documento “O futuro que queremos”, que apresenta estratégias para promoção e institucionalização do DS. Os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) baseiam-se nos princípios desse documento, sendo também resultado direto da Rio+20. Em 2015, um acordo feito pelos 193 países membros da ONU se compromete a seguir as recomendações do documento “Transformando nosso mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável” e oficializa dezessete objetivos para os próximos quinze anos.

No ano de 2015, também ocorreu a adoção do tratado internacional sobre mudanças climáticas, conhecido como Acordo de Paris. Seu objetivo é manter o aumento da temperatura global baixo e auxiliar os países a se adaptarem às mudanças climáticas. A urgência acerca da temática é notável, levando em consideração que o Protocolo de Quioto (1997) só entrou em vigor sete anos após sua assinatura, enquanto o Acordo de Paris alcançou em menos de um ano o quórum suficiente de países que ratificaram para entrar em vigor. (Planelles, 2016).

Pearce, Atkinson e Dubourg (1994, p. 457) são precisos quando dizem que “poucos conceitos recentes atraíram tanta atenção política, popular e acadêmica quanto o do desenvolvimento sustentável”. É um conceito de desenvolvimento que década após década vai evoluindo e mudando, assim como o planeta. Um exemplo é que desde 1992, anualmente acontecem as Conferências das Partes, conhecidas como COP, para debater o aumento da temperatura global, mas também temas contemporâneos. Na COP 27, realizada em 2022 no Egito, as ondas de calor na Europa e o furacão Ian foram temas abordados, já que são impactos das mudanças climáticas que aconteceram naquele ano. A importância de discutir o DS e as principais preocupações dos ambientalistas serviu desde o princípio para buscar a prevenção de problemas, e entender aqueles que já estavam em atividade.

Para além disso, entender o DS como campo de estudo, e o que é teorizado sobre ele e outras vertentes ambientalistas é importante para compreender o que precede a formulação de políticas e debates públicos. Portanto, a evolução e diferentes concepções do conceito de DS serão apresentadas na próxima seção do trabalho.

## **2.1 Evolução do Desenvolvimento Sustentável como campo de estudo**

O DS é um conceito com capacidade de alimentar as mais diversas discussões, nas mais diversas áreas. Antes mesmo dos teóricos começarem a entender e definir desenvolvimento, havia discussões sobre riqueza, recursos e progresso. Rogério Amaro

(2003) evidencia a inquietação de Adam Smith com a natureza e a causa da riqueza das nações, formulando, na sua obra, o que se pode considerar o primeiro esboço de uma teoria do desenvolvimento. Vários foram os estudiosos que, na sua sequência, procuraram entender as causas e as perspectivas do progresso das novas sociedades saídas da Revolução Industrial, e Amaro evidencia as contribuições de Thomas Malthus (introduzindo a problemática dos limites decorrentes dos recursos naturais alimentares), David Ricardo (com uma perspectiva pessimista), John Stuart Mill (relativizando a perspectiva pessimista, com a noção de qualidade do progresso, a par da sua dimensão quantitativa), Karl Marx (com a sua teoria revolucionária da história e do desenvolvimento do capitalismo) e Joseph Schumpeter (com as suas intuições e propostas sobre desenvolvimento, inovação e empresários). Esses autores são fundamentais para conceber o embrião daquilo que viria a ser chamado desenvolvimento.

Para muitos estudiosos, o desenvolvimento passa a ser estudado e pensado como um conceito propriamente dito a partir do século XX, após a Segunda Guerra Mundial. De acordo com o economista Bresser-Pereira (2014), com o fim da guerra e a criação das Nações Unidas, reconheceu-se, porém, que muitos países tinham ficado atrasados em relação a algumas nações industrializadas, e a ideia de desenvolvimento surgiu como substituta ou nova designação para o progresso, agora com viés econômico.

Até mesmo quando desenvolvimento tornou-se um conceito estabelecido, vários teóricos escreveram sobre questões que viriam a fazer parte do estudo do desenvolvimento sustentável involuntariamente. Na obra “O mito do desenvolvimento econômico” (1974), Celso Furtado discute “uma das vacas sagradas dos economistas”: o Produto Interno Bruto (PIB), e questiona porque a medição desse indicador de atividade econômica ignora o custo da destruição de recursos não-renováveis, solos e florestas. O questionamento de Furtado foi o mesmo de vários outros pensadores, e que acabou sendo responsável por um indicador que unisse dados econômicos e sociais, gerando o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Há controvérsias acerca do IDH, assim como qualquer outro indicador de desenvolvimento. Siedenberg (2003) cita os cientistas políticos Nohlen e Nuscheler (1993), que afirmam que os indicadores sociais se caracterizam por serem parciais e substituíveis. A parcialidade significa que todo indicador expressa algo que ele mesmo é apenas em parte. A substituíbilidade significa que o indicador mostra algo que também poderia ser representado por meio de outros indicadores. Por exemplo: a esperança média de vida ao nascer, a mortalidade infantil ou estatísticas sobre a causa mortis de determinada população podem expressar a evolução ou o estado de saúde de um grupo social, mesmo que não indiquem para os mesmos aspectos

com a mesma precisão. Definir e mensurar desenvolvimento é algo que diversos pesquisadores tentam aprimorar.

Como exposto anteriormente, na década de 1970 criou-se o termo “ecodesenvolvimento”, e a partir de 1980 houve a difusão do conceito de “desenvolvimento sustentável”. Ignacy Sachs apresentou “cinco dimensões de sustentabilidade do ecodesenvolvimento”, que são as dimensões econômica, social, ecológica, espacial/geográfica e cultural. Sachs, que faz parte da segunda geração dos economistas da teoria clássica ou desenvolvimentista, sempre criticou tanto o neoliberalismo quanto os ambientalistas defensores do crescimento zero. O equilíbrio entre os cinco âmbitos e um planejamento moderado podem superar os problemas ambientais, na visão do economista.

A fim de fornecer uma estrutura relativamente simples para apresentar e debater questões conceituais, Steve Connelly (2007) desenvolveu um campo triangular contínuo, que qualquer solução para o problema do meio ambiente e do desenvolvimento podem ser localizados, incluindo o desenvolvimento sustentável, mas estendendo-se além desse conceito. A fim de facilitar a visualização, invés de um triângulo, o presente trabalho propôs um diagrama em que pode-se observar a intersecção entre as três áreas, que seria a representação gráfica do DS.

**Figura 1-** Campo para classificação de desenvolvimento ambiental, econômico e social



(Fonte: Elaboração própria.)

O desenvolvimento sustentável ocupa a região central do campo, correspondendo ao seu significado indiscutível como um princípio político que incorpora algum equilíbrio entre aspectos econômicos, ambientais e sociais. Entretanto, o conceito claramente não é representado por um único ponto no centro do campo. Tal posição, um “verdadeiro desenvolvimento sustentável singular”, é indefinível, uma vez que seria impossível demonstrar que os objetivos econômicos, sociais e ambientais receberam o mesmo peso. Mais importante ainda, a ambiguidade do conceito exige que a sua representação seja uma área que inclui o centro, e dentro da qual há espaço para uma gama de posições correspondentes a interpretações do desenvolvimento sustentável que atribuem relativamente mais peso a qualquer um dos três pólos. (Connelly, 2007)

Na Figura 1, por exemplo, inseridas nas interseções entre o círculo azul estão interpretações que priorizam o crescimento econômico como objetivo, identificar oportunidades econômicas na proteção ambiental e reconhecer que o crescimento pode exigir a consideração tanto da equidade como da proteção ambiental, como a modernização ecológica. Entre o círculo verde, encontram-se versões de desenvolvimento sustentável motivadas, definitivamente, pela necessidade de proteger o ambiente, mas que reconhecem que a satisfação das necessidades humanas e o crescimento econômico são instrumentalmente necessários para atingir esse objetivo. Por fim, nas interseções entre o círculo amarelo são encontrados posicionamentos que priorizam a equidade, tendo como principal motivação alcançar a justiça social, mas que reconhecem a importância tanto do crescimento econômico como da proteção ambiental, como o ecossocialismo.

As teorias que foram responsáveis pelo embrião do DS também foram usadas como base para novas teorias durante a evolução do campo de estudo. A difusão do ecossocialismo aconteceu a partir da década de 1980, com a fundação da revista acadêmica *Capitalism, Nature, Socialism*. James O’Connor, um dos fundadores da revista, traz discussões sobre o Marxismo aplicado à sustentabilidade. Segundo O’Connor (1986), o ponto de partida do “marxismo ecológico” é a contradição entre as relações de produção capitalistas e as forças produtivas e condições de produção. Nem a força de trabalho humana, nem a natureza externa, nem as infra-estruturas, incluindo as suas dimensões espaço/tempo, são produzidas de forma capitalista, embora o capital trate estas condições de produção como se fossem mercadorias ou capital-mercadoria. Precisamente porque não são produzidos e reproduzidos de maneira capitalista, mas são comprados, vendidos e utilizados como se fossem mercadorias, as condições de oferta (quantidade e qualidade, lugar e tempo) devem ser reguladas pelo Estado.

Na década de 1990, as Relações Internacionais passaram a reconhecer cada vez mais o meio ambiente como uma fonte significativa de questionamentos para a disciplina, exigindo atenção teórica e prática, especialmente na crescente de evidências de que as ações humanas estavam mudando significativamente o clima global e criando problemas de segurança, bem como problemas ecológicos. (Dyer, 2017). Dessa forma, uma teoria pós-positivista em que a característica de tema transnacional do meio-ambiente, por conta de seu aporte multidimensional e que ultrapassa as fronteiras estatais, irá preconizar uma necessidade de cooperação ou de efeitos colaborativos entre as nações que, de certa forma, recortaram artificialmente o meio em que interagem sociedades é criada. (WOLF, 2011, apud ECKERSLEY, 2007). A teoria verde existe para desafiar radicalmente as estruturas políticas sociais e econômicas existentes, e em particular, desafiar os principais pressupostos políticos e econômicos, incluindo aqueles que se estendem para além dos limites das comunidades políticas existentes (para as teorias convencionais, os Estados). (Dyer, 2017).

A cientista política Robyn Eckersley, que desenvolveu pensamentos políticos verdes utilizados no campo de estudo, critica o capitalismo e o socialismo, “considerando que os dois últimos seriam versões distintas do mesmo industrialismo, onde apenas modifica-se a forma de enxergar o papel do Estado e do Mercado entre os soviéticos e os americanos, mas a finalidade de crescimento produtivo prevalece.” (WOLF, 2011). Para Hugh Dyer (2001), o conceito de globalização enfatiza a dimensão econômica, mas pode se referir a problemas populacionais, de alimentação e das mudanças climáticas e observar a interligação das mudanças globais nesses âmbitos que também estão relacionados. Apesar das críticas a alguns pontos da área econômica, Dyer (2017) conclui que a contribuição da teoria verde é ajudar a examinar de uma nova forma a relação entre Estado, economia e o meio ambiente. Além de apresentar novas perspectivas de mundo, também expõe perspectivas de como mudá-lo: um exemplo é a globalização de valores de desenvolvimento sustentável, e não apenas de novos modelos de produção e industrialização.

A persistência da degradação ambiental, a crise financeira de 2008 e o aprofundamento das desigualdades sociais motivaram o surgimento da Economia Verde (EV) como estratégia inovadora de sustentabilidade, apresentado pelo PNUMA, que apresentou o conceito na Rio+20. A promessa da EV era a retomada do crescimento econômico com a diminuição dos impactos ambientais, fazendo os críticos questionarem o caráter inovador, de algo que para muitos parecia apenas uma reformulação do DS. Conforme Márcio Lino de Almeida (2018), conclui-se que os conceitos de EV e DS, em suas vertentes fracas e fortes, são essencialmente semelhantes, quando considerados no contexto teórico-conceitual no qual

se inserem, mas os temas centrais de suas disputas são diferentes. O DS gira, principalmente, em torno da substituíbilidade do capital natural e da rivalidade entre o antropocentrismo e o ecocentrismo, a disputa pela EV já parte do princípio da substituíbilidade restrita e de uma postura antropocêntrica, e se distribui ao redor da aceitação ou não de políticas de crescimento econômico como estratégia máxima para alcançar os objetivos econômicos, ambientais e sociais. Por fim, entende-se que ambos os conceitos estariam classificados na área central do campo triangular desenvolvido na Figura 1, com a diferença de que a EV estaria um pouco mais para a direção do ponto A do que o DS.

Existem diversas teorias acerca do ambientalismo, mas quando os diferentes pensamentos sobre o desenvolvimento sustentável são analisados, todos abrangem três temáticas: ambiental, econômica e social. Tanto nas cinco dimensões desenvolvidas por Sachs, quanto no campo de sustentabilidade criado por Connelly e adaptado neste trabalho, e até mesmo na teoria verde, que critica o sistema capitalista e socialista, esses três tópicos estão presentes e norteiam a definição de DS dos autores, independentemente das diferenças ideológicas.

Após a análise do conceito, também é perceptível a necessidade de várias esferas interagindo e cooperando para que os problemas ambientais sejam superados por meio da sustentabilidade. Quando Sachs fala sobre planejamento moderado, ele fala de “um mega contrato social no qual os Estados desenvolvimentistas, os trabalhadores, os empresários e a sociedade civil organizada estejam se articulando explicitamente” (WWF, 2012). Apesar de certas divergências, o ecossocialista O’Connor (1986) também fala sobre a presença estatal e como mudanças induzidas pela crise nas condições de produção conduzem necessariamente a mais controles estatais, planejamento dentro do bloco de capital de grande escala, a um capitalismo mais social e politicamente administrado ou regulado e, portanto, a um capitalismo menos parecido com o usual, em que mudanças nas condições de produção precisariam ser legitimadas porque seriam mais politizadas.

O objetivo das conferências como Estocolmo-72, Rio-92, Rio+10 e as que vieram posteriormente, não era apenas divulgar os problemas ambientais e difundir o conceito de DS. A partir da repercussão desses eventos, a sociedade civil tornava-se mais ativa a cada conferência, além da quantidade de chefes de Estado se comprometendo a reduzir a emissão de gases poluentes e tentar mitigar o avanço das mudanças climáticas, por exemplo. Apesar da criação dos objetivos da Agenda 21 e em seguida da Agenda 2030 não obrigarem os países a tomarem medidas, as metas foram importantes para formulação de políticas públicas ao redor do mundo. Segundo Souza (2020), no Brasil, espera-se que os compromissos com os

ODS sejam adotados em todas as três esferas do governo: União, estados e municípios, bem como incorporados pelo setor privado. No âmbito do Governo Federal, para a elaboração das propostas de adequação das metas globais à realidade nacional, o trabalho coube ao Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA), que instituiu grupos de trabalho para cada um dos dezessete ODS, com interesse na intersectorialidade.

Portanto, após análise de diversas teorias do desenvolvimento sustentável e o caminho percorrido para a criação e definição desse conceito, esse trabalho seguirá a linha que para colocar a sustentabilidade em prática, precisa-se levar em consideração a proteção do meio ambiente, o crescimento econômico e o desenvolvimento social. Para além da sociedade civil, mercado e diferentes níveis de governo cooperando. Levando em consideração a disciplina de Relações Internacionais, o trabalho se utilizará do ponto de vista neoliberal institucional, que reformula e critica a utópica imagem de uma aldeia global do liberalismo e visualiza um crescente intercâmbio nas esferas sociais e econômicas, não somente pelos Estados, mas com participação das organizações internacionais, dos movimentos sociais transnacionais e de corporações multinacionais, que formariam um mundo "sem fronteiras", em que o poderio militar não poderia ser tido como alternativa viável para a coexistência das nações independentes. (Casado, 2017). Esse ponto de vista será aprofundado nos próximos tópicos.

### **3. A TEMÁTICA URBANA NAS AGENDAS INTERNACIONAIS**

À medida que a globalização continua a integrar a sociedade internacional e a reduzir a relevância das fronteiras, as cidades estão sendo reconhecidas como centros de poder político e econômico de importância internacional (Curtis, 2014). As razões por trás da inserção internacional das cidades vão além da predisposição política em atuar internacionalmente e passam por outro fator de natureza implacável: a urbanização acelerada. Na medida em que mais da metade da população mundial se concentra no meio urbano e projeções futuras apontam que dois terços da humanidade passarão a habitar nesses espaços até a metade deste século, as cidades se afirmam como o local onde os desafios globais se expressam de forma concreta e mais pungente. A rapidez dos processos de urbanização -não planejados em sua maioria- produz desafios para garantia de serviços básicos das populações e de direitos e demandas, evidenciando a necessidade urgente de resposta por parte dos órgãos públicos, incluindo as instituições internacionais, na formulação de ações e políticas para os

problemas típicos da “Era Urbana”. (Menezes; Máximo, 2019). Essa seção do artigo busca explorar como é abordada a agência das cidades nas relações internacionais.

A partir do reconhecimento da aceleração urbana e dos problemas que viriam atrelados a ela, acontecem as conferências da ONU acerca da temática . A primeira Conferência das Nações Unidas sobre Assentamentos Urbanos, conhecida como Habitat I, aconteceu em 1976 em Vancouver, Canadá e resultou na “Declaração de Vancouver sobre Assentamentos Urbanos”, documento que reporta as principais temáticas da reunião e divulga um plano de ação com 64 recomendações de ações nacionais para viabilizar políticas adequadas nas esferas locais e regionais, sejam urbanas ou rurais. Posteriormente, em 1996, é realizada a segunda Conferência sobre Assentamentos Humanos, Habitat II, em Istambul, Turquia. O caráter sustentável foi um diferencial nessa reunião, já que essa conferência produziu um Plano de Ação Global, a Agenda Habitat, que fornece diretrizes para a criação de assentamentos humanos sustentáveis durante o século XXI, tendo em conta a sua relação com o meio ambiente, direitos humanos, desenvolvimento social, direitos das mulheres, questões demográficas e outros apêndices, segundo o site Cronologia do Pensamento Urbanístico, da UFBA.

Em 2016, a Conferência das Nações Unidas sobre Moradia e Desenvolvimento Urbano Sustentável ou Habitat III aconteceu, trazendo a Nova Agenda Urbana (NAU), ou “Declaração de Quito Sobre Cidades Sustentáveis e Assentamentos Urbanos para Todos”. No documento, há medidas sobre a importância das cidades mais limpas, implementação de melhores iniciativas de conectividade, respeito pleno aos direitos dos refugiados e imigrantes, redução da emissão de carbono, entre outras. “Houve forte discussão sobre o Direito à Cidade como “um novo paradigma para o Desenvolvimento Urbano” e como “o centro da nova Agenda Urbana” e do reconhecimento da cidade como um bem comum. Ainda são tratadas temáticas relevantes como: função social da terra; sustentabilidade ambiental; princípio da gestão democrática; direito à moradia.” (Tabarin, 2019).

Observa-se que a partir da década de 1990, as discussões sobre DS e urbanismo começam a se conectar. Estabelecida em 2015, um ano antes da Habitat III, a Agenda 2030 possui um objetivo específico que propõe fazer cidades e assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis. O ODS 11 deseja, até 2030, acesso à habitação segura, adequada e com preço acessível; proporcionar sistemas de transporte seguros; apoiar relações econômicas, sociais e ambientais positivas entre áreas urbanas, periurbanas e rurais; entre outras metas. (ONU, 2015).

A implementação da NAU deve ocorrer em paralelo e ser parte constituinte dos ODS. Os ODS foram desenhados para reafirmar o compromisso global com questões importantes, colocar em pauta questões que eram pormenorizadas, através de metas a serem cumpridas globalmente, e, assim, suprir as lacunas dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM). Um de seus aspectos mais inovadores é justamente o reconhecimento dado às cidades como atores centrais para a construção de um mundo sustentável. (Menezes; Máximo. 2019).

Diante do exposto, é notável como as cidades são importantes na discussão sobre DS e estão no eixo dos debates internacionais. A concentração de pessoas acompanha problemas, mas também inovação. De acordo com João Ferrão (2016), enquanto focos estruturais de “problemas”, as cidades são alvos inevitáveis da ação dos decisores políticos e das políticas públicas. Enquanto polos sistêmicos de oportunidades, as cidades são poderosos ímãs de novos residentes, investidores e turistas. Os dados apresentados no contexto da preparação da Nova Agenda Urbana das Nações Unidas mostram que as cidades ocupam 3% da superfície terrestre, representam 54% da população mundial, emitem 60% do total de gases com efeito de estufa, consomem 76% dos recursos naturais do planeta e concentram 80% da riqueza global.

### **3.1 Cidades nas Relações Internacionais**

A globalização é um conceito que traz consigo a ideia de governança, e de acordo com Veloso (2022), o termo ganhou notoriedade na década de 1990, tornando-se uma importante agenda de pesquisa nas análises de política internacional. Assim como o desenvolvimento, há várias interpretações do que pode ser considerado governança, nas mais diversas áreas de estudo. Nas Relações Internacionais, há teóricos que focam no poder das elites transnacionais na economia política global, outros desenvolvem a participação do setor privado no cenário global, mas independente da temática principal, estudam questões relacionadas ao poder e soberania.

A partir do artigo desenvolvido por Vanessa Marx (2011), podemos dizer que o paradigma central da *governance* é a elaboração de políticas públicas que impliquem a diversos atores, além do Estado e que podem se relacionar constantemente com outras esferas além do público. Além disso, ela expõe que partir da *governance* vemos que há uma grande lacuna no atual sistema internacional, que não acompanhou as mudanças que se aconteceram com o passar do tempo, entre elas o aparecimento dos novos atores em uma sociedade cosmopolita, e conclui com seu estudo de caso sobre Barcelona e Porto Alegre, duas cidades

que adquiriram visibilidade no cenário internacional a partir da construção de política externa própria e de um movimento municipalista para que as cidades fossem consideradas atores políticos no cenário internacional. A experiência de Barcelona tornou-se muito conhecida e os resultados turístico-econômicos parecem ter suprido as expectativas em termos de negócios e as intervenções urbanísticas realizadas na cidade foram e são divulgadas e conhecidas como “o modelo de Barcelona”. (Viana; Fonseca. 2011).

Algumas ações realizadas por essas cidades e expostas no artigo por Marx (2011) foram a participação e criação de redes e organismos, a fim de converter a cidade em um ator político nas relações internacionais; incentivar a transparência de contas públicas, para que instituições financeiras internacionais como o Banco Interamericano de Desenvolvimento, Banco Mundial e agências internacionais investissem em projetos municipais; criação de redes de cooperação técnica entre cidades de países da União Europeia/Mercosul, para exercer *lobby* frente a governos locais e instituições da UE/Mercosul e haver consulta dos temas de interesse dos governos municipais. Além das ações realizadas pelas cidades anteriormente citadas, existem outras condutas, como o estabelecimento de relações diplomáticas com outros líderes estatais: Em 2014, Atwell frisava, por exemplo, que o governador de São Paulo recebia mais presidentes e chefes-de-Estado do que a então Presidente Dilma Rousseff. (Santos, 2017).

Ainda que os exemplos sejam cidades internacionalmente conhecidas, como Barcelona e São Paulo (a maior metrópole da América), ou uma metrópole nacional como Porto Alegre, independente da escala as cidades podem fazer parte de comércio internacional, arrecadar investimentos internacionais para projetos ou obras, receber eventos e exposições, promover mobilidade universitária e fazer parte de redes internacionais de integração. Sofia José Santos (2017) exemplifica que apesar da praça financeira de Madrid não ter a mesma importância e influência que a praça financeira de Londres não retira a Madrid capacidade de interação com a esfera internacional, assim como a centralidade de Nova Iorque, Washington DC ou Bruxelas em termos de decisão política internacional não retira importância a Genebra ou de Bilbao que também detêm sedes de organizações internacionais. O diferencial de intensidade é relevante para compreender a especificidade comum de cidades médias e pequenas mas não para incluir ou excluir cidades médias e pequenas da categoria analítica de “cidade global”.

Ainda no campo das Relações Internacionais, as ideias neoliberais também podem ser aplicadas no entendimento das cidades como atores internacionais. Robert Keohane e Joseph Nye foram alguns dos teóricos das Relações Internacionais que deram um dos mais

importantes contributos para o alargamento do paradigma estatocêntrico existente a partir do momento em que reconheceram que outros agentes para lá do Estado (multinacionais, sindicatos, Igreja Católica) desempenhavam papéis cruciais nas Relações Internacionais devendo, por isso, ser considerados enquanto tal no âmbito da disciplina. (Santos, 2017). Para esses teóricos do neoliberalismo institucional, a capacidade de influenciar a esfera internacional é o que faz o agente das RI, já que para eles a interação transnacional não envolve apenas Estados e Nye e Keohane (1971) deixam claro a relevância dos atores não-governamentais nas chamadas “interações transnacionais”, termo usado por eles para descrever o movimento de itens tangíveis ou intangíveis além das fronteiras quando pelo menos um dos atores não é um agente de governo ou uma organização intergovernamental.

Esse último ponto é importante, a partir da perspectiva de que existem organizações internacionais, bancos de desenvolvimento multilaterais e outros atores interessados em financiar projetos em cidades. Mendes e Lima (2005), escrevendo sobre institucionalismo neoliberal, mostram que as instituições internacionais oferecem um direcionamento para os comportamentos individuais, restringindo-os aos padrões preconizados por suas normas, além de reduzir a incerteza característica do cenário internacional, e são, por conseguinte, capazes de influenciar positivamente a promoção de resultados mutuamente benéficos aos Estados-membros. O Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) é um exemplo de organização financeira internacional que possui interesse em programas de desenvolvimento de cidades.

Dessa forma, conclui-se a análise acerca da questão de como as cidades se relacionam nas agendas internacionais, no campo de estudo das RI, com o desenvolvimento sustentável e da questão dimensional delas. O próximo tópico possui como objetivo explorar o BID, mas as questões tratadas na presente seção são importantes para o entendimento de tópicos que ainda vão ser examinados posteriormente.

#### **4. CONTEXTUALIZANDO A INICIATIVA CIDADES EMERGENTES E SUSTENTÁVEIS**

Após a Segunda Guerra Mundial há a necessidade de reconstruir e auxiliar o desenvolvimento de diversos países em diferentes continentes. Dessa forma, surgem o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI) para amparar a administração desenvolvimentista, conter crises e ajudar a reconstrução do sistema monetário internacional.

Estão relacionadas a eles outras instituições internacionais e regionais, como o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), que foi criado em 1959, a fim de oferecer empréstimos, subsídios e cooperação técnica para alcançar o desenvolvimento de países da América Latina e Caribe.

Entende-se que o BID foi fundado no contexto da Guerra Fria, e que nessa época a intenção do banco era desenvolver os países usando a lógica capitalista da época e tentando distanciá-los do comunismo soviético. Segundo Pedro Fiori Arantes (2006), as instituições financeiras internacionais participaram efetivamente, do ponto de vista financeiro, ideológico e político, tanto do interesse desenvolvimentista de industrialização tardia, nas décadas de 1960 e 1970, quanto do ajuste estrutural que o sucedeu, a partir da crise das dívidas, no início dos anos 80. Além disso, o autor também afirma que “partir dos documentos fundadores de seus setores de políticas urbanas (1972) e habitacionais (1975), o banco passará a propor sucessivas agendas para as cidades dos países em desenvolvimento” (Arantes, 2006, p. 64).

A partir dos estudos de Viana e Fonseca (2011), reconhece-se que a década de 1990 foi marcada pelo predomínio das ideias neoliberais, especialmente na América Latina, em que as crises econômicas foram vinculadas às crises inflacionárias. Em 1999 o BID elaborou uma nova estratégia institucional que o colocava como uma instituição que “ensina” e “aprende” com seus mutuários. As novas orientações da instituição enfatizam o processo de descentralização de suas ações aproximando-se de autoridades subnacionais de governo (estados e municípios). Vale ressaltar que essa estratégia se difundiu no Brasil a partir da década de 1990 com pretensões de tornar mais eficientes as ações governamentais. (Viana; Fonseca, 2011).

Sobre os anos 2000, Viana e Fonseca (2011) evidenciaram o Relatório Anual em que o banco relata que para o período de 2005 a 2008 irá focar em projetos com resultados quantitativos, por exemplo, focados nos negócios e turismo. O BID passa a focar, de acordo com os autores, em práticas gerenciais como garantia do resultado dessas políticas, enquanto promove e financia novos modelos de negócios que envolvem empresas privadas e governos locais, em sua maioria.

Segundo Rafael Oliveira Andrade (2017), na década de 2010, mais especificamente no documento “Atualização da Estratégia Institucional 2016-2019”, publicado em 2015, insere meio ambiente, questões de gênero, Direitos Humanos e outras questões sociais na agenda de prioridades da instituição. Em sua pesquisa, Andrade (2017) apresenta como isso contribui para consolidar uma identidade institucional consistente, que não serve como uma ferramenta dos EUA ideologicamente, como em sua origem, ou financeiramente, “já durante a década de

1980, em função da crise econômica e da decretação da moratória por vários países, o BID apresentou carência de recursos, tendo que recorrer aos EUA, que ampliou sua participação acionária no Banco” (Viana; Fonseca, 2011).

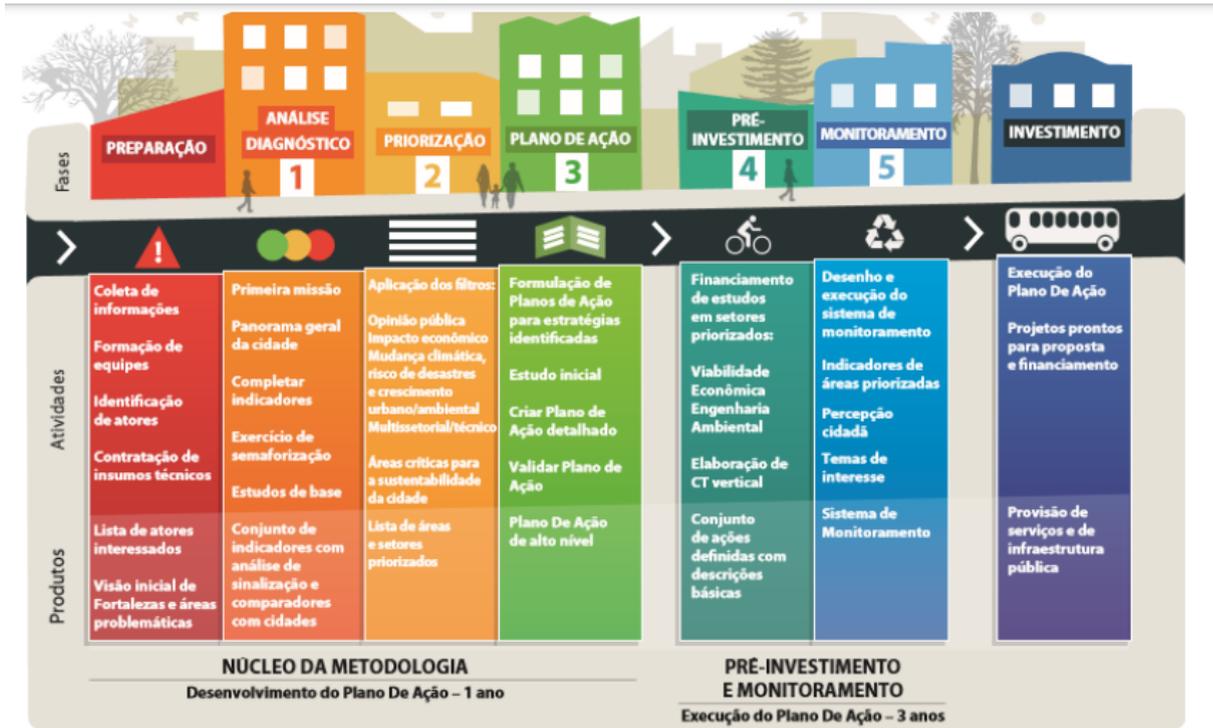
Em 2010, o BID criou a Iniciativa Cidades Emergentes e Sustentáveis (ICES), que conforme Santos, Pereira e Fonseca (2017) consiste em um programa de assistência técnica aos governos das cidades médias da América Latina e Caribe que apresentam uma grande dinâmica de crescimento demográfico e econômico. Nos anos 60 as cidades de média dimensão tornaram-se objeto de atenção nas políticas de desenvolvimento e ordenamento de território em vários países europeus, e embora a associação do conceito de cidade média ao caráter dimensional, alguns outros parâmetros eram utilizados e deixavam a definição relativamente vaga, já que os quantitativos populacionais variavam entre diferentes autores e realidades nacionais. No contexto da hierarquia urbana do Reino Unido ou da Alemanha Ocidental, não seria estranho que uma cidade de proporção média alcançasse o meio milhão de residentes, contudo, no caso dinamarquês, português ou grego, corresponderiam a centros urbanos com uma população variável entre 10.000 e 100.000 habitantes. (Ferrão; Henriques; Neves, 1994). Segundo Andrade (2017), o BID também configura as cidades médias a partir da população total de cada país, no caso do Brasil, são consideradas aquelas que possuem entre 100 mil e 2 milhões de habitantes. Além disso, Andrade (2017) complementa que para serem assistidas pelo programa, as cidades precisam possuir certos critérios socioeconômicos, como apresentar crescimento populacional e econômico sustentado em um ambiente de estabilidade social e governança.

Até o ano de 2014, 77 cidades eram contempladas, sendo seis destas brasileiras. A ICES chegou ao Brasil ainda na fase piloto, em 2011, quando o BID escolheu cinco cidades para aplicar a metodologia pela primeira vez. Goiânia, capital do estado de Goiás, foi a escolhida, e em 2012 na Rio+10, uma parceria do BID com a Caixa Econômica Federal (CAIXA) é fechada e expande em 2013 a ICES para outras quatro regiões brasileiras. Palmas/TO, Vitória/ES, Florianópolis/SC e João Pessoa/PB, que será explorada com mais atenção na seção seguinte, foram selecionadas pelos órgãos anteriormente citados. Em 2016, a cidade de Três Lagoas/MS também aderiu ao programa. Após a identificação de quais seriam as cidades de médio porte, baseado no critério dimensional do BID, foram definidas quais dessas cidades possuíam as características socioeconômicas desejadas pelo órgão e por fim, as cidades anteriormente citadas seriam contempladas com planos de ação. (Andrade, 2017).

A ICES estrutura a sua metodologia de trabalho em sete fases, divididas em duas etapas: na primeira etapa contempla a preparação, análise/diagnóstico, priorização e plano de

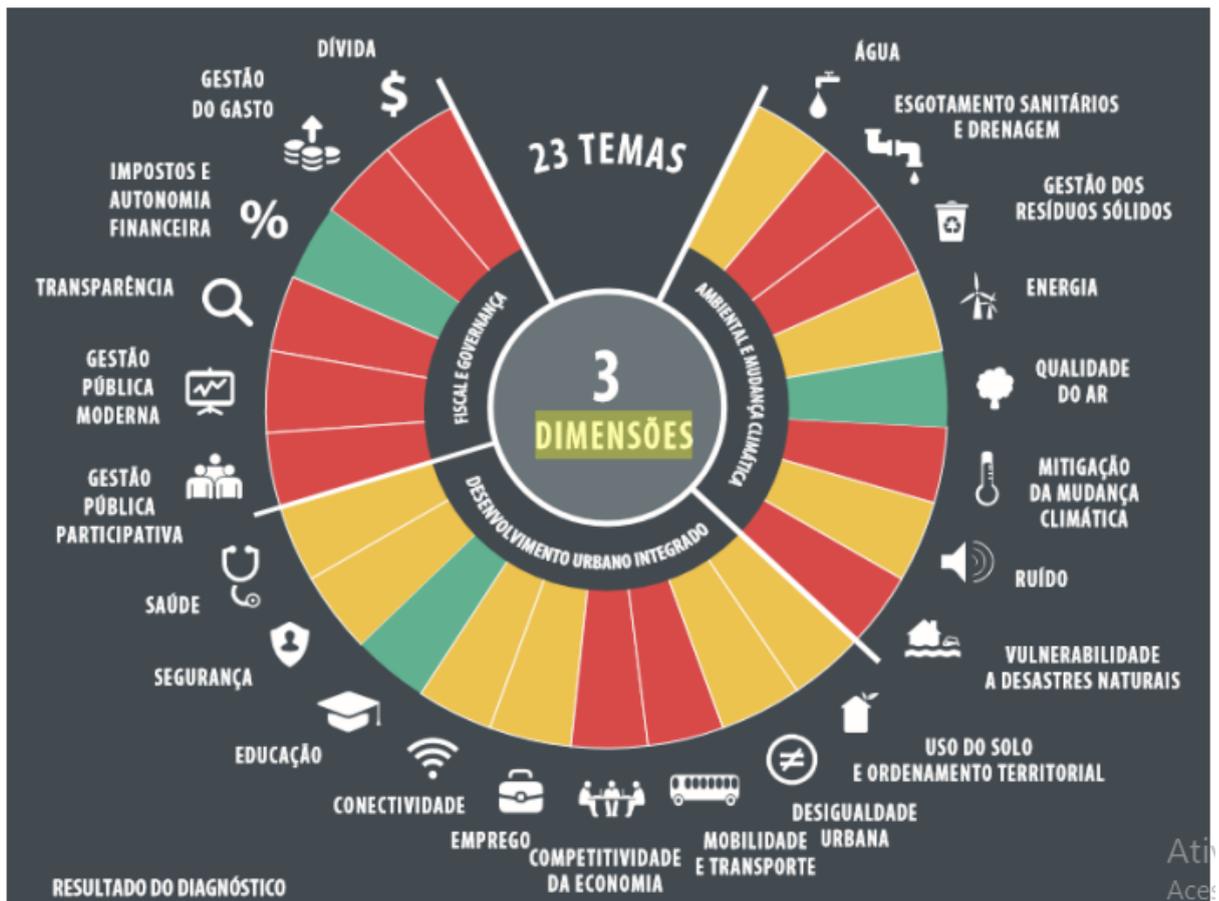
ação. Na segunda, ocorre o pré-investimento, o monitoramento e o investimento. As fases, com as respectivas atividades e os resultados gerados são apresentados na Figura 2, presente no artigo de Santos, Pereira e Fonseca (2017). Além disso, na Figura 3, também retirada do artigo anteriormente citado, pode-se observar os temas que o BID procura promover na ICES.

**Figura 2-** Fases da ICES



(Fonte: Santos, Pereira, Fonseca 2017)

**Figura 3-** Dimensões e temas de interesse da ICES



(Fonte: Santos, Pereira, Fonseca 2017)

Os autores também apontam que na fase de análise e diagnóstico para identificação dos principais e mais emergentes problemas da cidade, o BID deixa evidente que os indicadores a serem colocados no plano de ação devem abranger as três dimensões: ambiental, urbana e fiscal. (2017).

No ponto de vista das Relações Internacionais, há muito a se debater sobre o papel de organizações como o BID. Keohane e Nye (1977) criticam os realistas da tradição de Morgenthau, que retratam o mundo em que os Estados, agindo por interesse próprio, lutam por “poder e paz”. Em um mundo em que guerra e questões de segurança são dominantes, as instituições internacionais seriam deixadas em segundo plano, limitadas pela rara congruência de tais interesses. No caminho oposto, na lógica neoliberal as organizações internacionais são reconhecidas, visto que podem ajudar a definir agendas internacionais, atuar como catalisadores para formação de coligações e como campos para iniciativas políticas em Estados fracos. Citando Herz e Hoffman (2004), as Organizações Intergovernamentais Internacionais são atores, uma vez que adquirem certa autonomia em relação aos

Estados-membro e elaboram políticas e projetos próprios. Além disso, Michael J. Denis (2019) tece sobre a teoria verde das RI e diz que os humanos se distanciaram da natureza e não se enxergam conectados com o planeta, e afirma que a teoria verde busca fechar o espaço entre a sociedade e o meio ambiente.

Quando Lima e Roncaglio (2001) analisam a qualidade ambiental de grandes cidades brasileiras, chegam à conclusão que a degradação ambiental é intensificada pela fragilidade das condições para o exercício da cidadania.

“É imprescindível assinalar, embora o objetivo não seja aqui o de aprofundar estas questões, que parte dos problemas destacados têm sua origem na falta de acesso da população à educação básica e ambiental e à permanente contradição verificada entre a legislação de uso e ocupação do solo urbano e os interesses vinculados à especulação imobiliária, dentre outras, as quais refletem as desigualdades econômicas e sociais da sociedade brasileira.” (Lima; Roncaglio, 2001, p. 58).

Assim, pode-se afirmar que a falta de acesso à educação ambiental, citada de certa forma por Denis (2019) enquanto escreve sobre as teorias verdes, e a fragilidade do exercício a cidadania, que o BID possui temas da ICES relacionados (como transparência e gestão pública participativa, mostrados na Figura 3), são problemas que dificultam o desenvolvimento sustentável e consequentemente o combate aos problemas urbanos. Dessa forma, quando um ator não-estatal se propõe a ajudar no desenvolvimento e financiamento de um projeto sobre a temática, ele deve ter certas preocupações sociais (além das econômicas e ambientais) bem estabelecidas. Na seção seguinte, a análise da implementação do ICES na cidade de João Pessoa será realizada, a fim de esclarecer o que o programa possui como objetivo e qual tipo de desenvolvimento e indicadores preza.

#### **4.1 ICES em João Pessoa**

Esta seção do artigo pretende realizar um estudo de caso acerca da aplicação da metodologia da Iniciativa Cidades Emergentes e Sustentáveis (ICES) do BID na cidade de João Pessoa, capital do estado da Paraíba. O Plano de Ação João Pessoa Sustentável é produto da colaboração entre o BID, CAIXA, Fundação Apolônio Salles de Desenvolvimento Educacional (Fadurpe), Fundação Joaquim Nabuco (Fundaj) e a Prefeitura Municipal de João Pessoa (PMJP), em um processo participativo desenvolvido entre junho de 2013 e junho de 2014. (BID, 2014).

Durante esse período de um ano, 77 profissionais trabalharam na implementação da metodologia ICES na capital paraibana, sendo 23 consultores e especialistas das sedes do BID

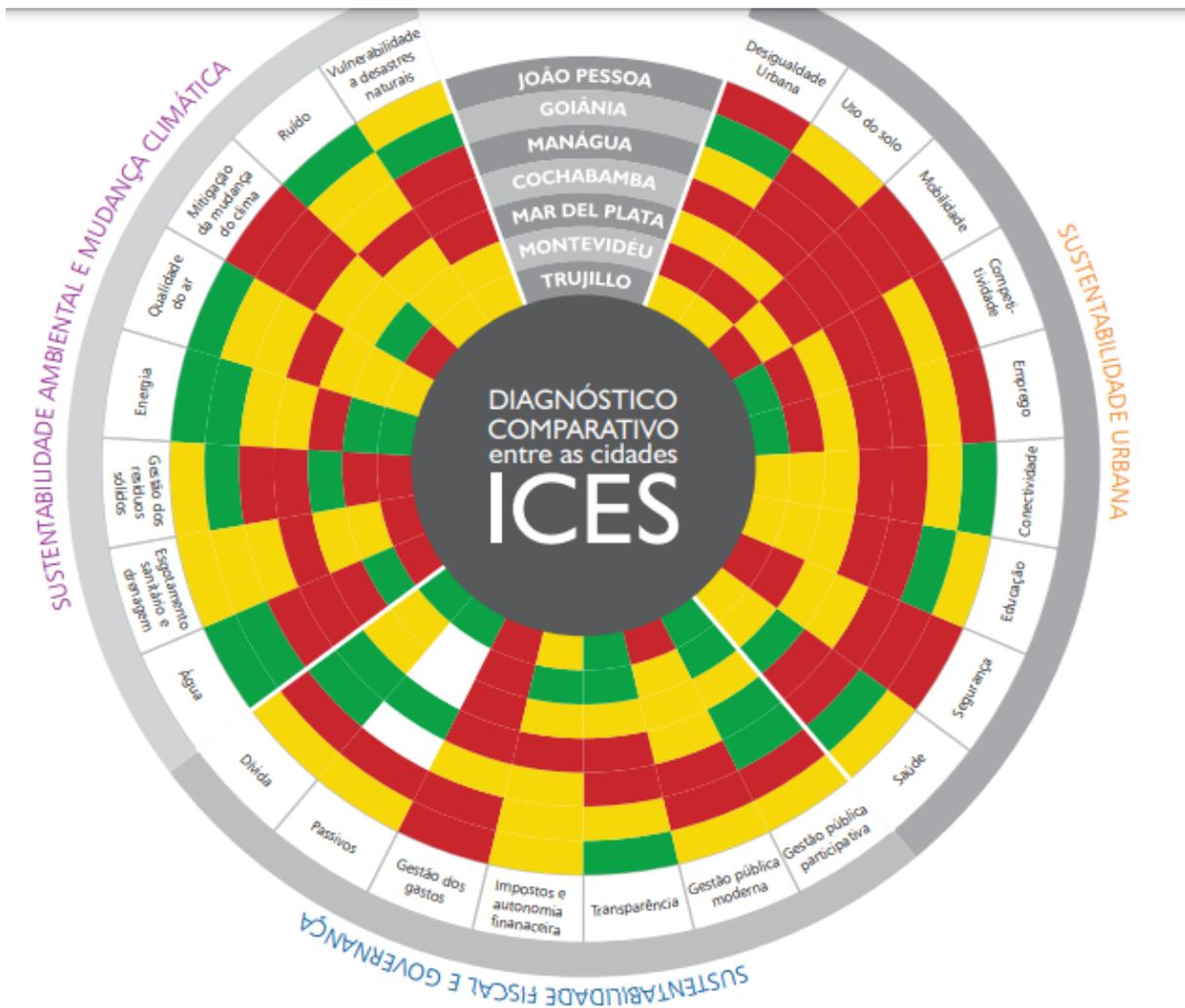
em Washington e Brasília, 15 funcionários das sedes da CAIXA em Brasília e João Pessoa, sete servidores da PMJP, nove colaboradores das fundações e entidades parceiras e 23 especialistas setoriais, assistentes e técnicos contratados pelo BID. (Andrade, 2017)

Segundo o BID (2014), o diagnóstico integrado (feito a partir de coleta de indicadores, priorização de temas críticos, e o desenvolvimento de soluções realizadas pelos especialistas anteriormente citados) revela que, de forma geral, João Pessoa possui bom manejo de temas como água, energia, ruído, qualidade do ar, conectividade e transparência. Como citado na seção anterior, a Iniciativa é focada em três esferas: ambiental, urbana e fiscal. Em relação ao setor ambiental, foram identificadas ações urgentes, como a necessidade de elaboração de planos para gestão de riscos e desastres naturais, adaptação à mudança climática e identificação mais detalhada de pontos de vulnerabilidade da cidade, além da necessidade de elaborar um inventário de gases efeito estufa e planos de mitigação.

O BID (2014) ainda expõe os diagnósticos de outras áreas, como acerca da dimensão urbana, questões de violência e confiança do cidadão na segurança, que precisam de políticas mais eficazes. Sobre mobilidade e transporte, há falhas de infraestrutura de transporte, no planejamento e na acessibilidade econômica ao transporte público. Há ainda questões críticas sobre desigualdade urbana, relacionadas à pobreza e à desigualdade de renda. Na dimensão territorial, há problemas principalmente no que tange a temas de planejamento do uso do solo e habitação. Quanto à competitividade da economia, há limitações principalmente na construção de uma estratégia coesa que se beneficie dos ativos da cidade, em especial o turismo e a relação de João Pessoa com as indústrias presentes nos arredores da cidade.

Por fim, em relação à dimensão fiscal, foi identificada uma ampla gama de questões a serem prioritariamente analisadas, dentre as quais: gastos públicos, gestão da dívida, gestão por resultados, impostos e autonomia financeira, além da importância de consolidar uma gestão pública mais moderna. Na figura 4, pode-se observar uma comparação entre os indicadores do ICES em João Pessoa e outras cidades da América Latina e Caribe (ALC) nas áreas temáticas que o BID usa para identificar os problemas. Os problemas destacados na cor verde demonstram que a cidade já possui uma boa conduta acerca destes, os de cor amarela merecem atenção e os vermelhos precisam de muitas melhorias.

Figura 4- Comparação de indicadores da ICES



(Fonte: BID, 2014)

Depois da identificação dos problemas, o BID produziu o Plano de Ação João Pessoa Sustentável, incluindo um conjunto de intervenções e prioridades sugeridas pela equipe técnica para cada um dos problemas identificados e estabelecendo as prioridades que o município deve ter para os próximos anos, em uma escala de importância. São elas: Desigualdade Urbana e Uso do solo/ordenamento territorial; Gestão Pública Moderna/Gestão do Gasto Público; Competitividade da Economia/Emprego; Segurança; Mitigação à Mudança Climática/Vulnerabilidade a Desastres e Mobilidade e Transporte. (Andrade, 2017)

Rafael Andrade (2017) em seu artigo ainda fala sobre a divisão em duas partes das propostas do Plano de Ação. O relatório *to be optimo*, que reúne as medidas unicamente técnicas feitas pela equipe, e o relatório *to be conjunto*, que engloba o meio termo entre esses

pareceres técnicos e a vontade e disponibilidade de atuação do poder público. Assim, o BID convence a PMJP a executar, pelo menos em parte, a agenda criada pelo banco.

Com os resultados da aplicação da metodologia do BID e as seis prioridades estabelecidas, a prefeitura em conjunto com as equipes do BID e da CAIXA traçaram as ações necessárias para tratar os problemas detectados. As ações propostas buscam complementar as iniciativas já desenvolvidas em João Pessoa para cada uma das áreas, pelas secretarias municipais ligadas aos temas prioritários. Algumas delas envolvem urbanização e construção de habitações em complexos de comunidades, como o Complexo Beira Rio e o Complexo Linha Férrea, na qual o BID, por meio de uma parceria com a *Korea Land and Housing Corporation* (LH), desenvolveu um Estudo de Pré-Viabilidade para a Requalificação Urbana dos dois complexos. (BID, 2014)

Além dessa proposta de intervenção, há propostas como um projeto de requalificação do Porto do Capim, aumento de iluminação em bairros violentos, implementar um projeto de redução/contenção da barreira do Cabo Branco, um Plano de Reestruturação do Transporte Coletivo (com intenção de construir faixas exclusivas para ônibus, instalar BRT, construir viadutos e implantar sistema cicloviário) e o desenvolvimento do Centro de Cooperação da Cidade de João Pessoa (CCC), em colaboração com a empresa Saab, que seria “um centro de apoio à tomada de decisão no município, conectando setores do governo e da sociedade civil por meio de uma plataforma tecnológica informacional e centralizada (BID, 2014), entre outras propostas que estão no Plano de Ação. De acordo com a PMJP [2023] o João Pessoa Sustentável, orçado em 200 milhões de dólares, está previsto para ser executado até 2024.

Agora que há o entendimento de como o João Pessoa Sustentável foi formulado e quais os indicadores e intenções que o Programa possui, a análise do que está sendo colocado em prática será feita no próximo tópico da seção.

#### **4.2 Implantação do João Pessoa Sustentável**

Acerca da formulação de projetos, Ingra Freire de Oliveira (2016) afirma que o BID traz equipes estrangeiras, como a anteriormente citada Saab, para a realização da formulação de projetos voltados para habitação, além do uso de técnicas sustentáveis. Porém, as técnicas e os projetos propostos por essas equipes não eram condizentes com as especificidades regionais. Um outro exemplo foi a criação de projetos habitacionais pela equipe da *Korea Research Institute for Human Settlements*, enviada pelo BID, designando a utilização de materiais capazes de impedir o alastramento do frio durante o inverno (realidade que não se

aplica à capital paraibana) e também de difícil acesso e compra no país. Oliveira apresenta a perspectiva de que apesar do insucesso nesse aspecto, o intercâmbio foi positivo para a equipe da PMJP, que passou a se utilizar de novos conceitos/aprendizados sobre sustentabilidade trazidos pela participação do banco e das suas missões. O BID forneceu uma nova perspectiva do desenvolvimento urbano que a prefeitura não possuía e acatavam aquilo que a prefeitura apontava como inaplicável.

É importante enfatizar que em 2017, ajustes do Programa e revisões das magnitudes do processo de reassentamento motivam uma revisão do Plano. (PDRR, 2017). Na seção anterior, é citado que o Complexo Beira Rio e Linha Férrea são áreas de interesse do programa, e na versão final, apenas o primeiro é considerado. Ao entrar no site do João Pessoa Sustentável [2023], na aba “Componentes” encontra-se material sobre o Centro de Cooperação da Cidade (CCC), fortalecimento da gestão, um novo Plano Diretor, Plano de Descarbonização e Ação Climática, Plano de Riscos e Desastres, um Parque Socioambiental no Roger e sobre o Complexo Beira Rio. Observa-se que o foco continua seguindo o que o BID propõe para as ICES, envolvendo as esferas urbana, ambiental e fiscal. Assim como Steve Connelly (2007) possui três pontos que norteiam sua definição de DS, a ICES possui três pontos que orientam as propostas.

O CCC, que era uma proposta do Plano de 2014 e que continua sendo após 2017, iniciou obras e projetos executivos no segundo semestre de 2023, e deve ser entregue em abril de 2024. A perspectiva é que seja um centro de coleta de informações que funcione 24 horas por dia e integre cinco áreas (mobilidade urbana, segurança pública, Samu, meio ambiente e Defesa Civil) (João Pessoa Sustentável, 2023). O Centro vai ser implantado em um espaço que hoje abriga o Celeiro Espaço Criativo, onde são realizadas exposições de artesanato e obras de artistas plásticos, no bairro do Altiplano. De acordo com a PMJP [2023], em agosto foi realizada uma consulta pública com artistas e artesãos sobre a realocação destes para a Estação das Artes, a fim de que o espaço seja liberado para o CCC. A prefeitura ainda afirma que será o centro de monitoramento mais completo do Nordeste. O investimento é de US\$ 12,5 milhões, com recursos do Programa João Pessoa Sustentável e que poderá se antecipar a situações como alagamentos e deslizamentos.

Em 2022 é aprovada a criação do Comitê Municipal de Mudanças Climáticas de João Pessoa (COMCLIM) e em junho de 2023 o Plano de Ação Climática é publicado, e afirma que a construção de políticas públicas em torno da questão climática começa a partir da parceria com o BID. O documento possui participação da WayCarbon, empresa de consultoria com foco em mudança climática, e apresenta os eixos temáticos, as ações que seriam feitas

em cada um deles e informações, como prazo, custo e fonte de financiamento, instituições responsáveis e até mesmo com quais ODS a política pública estaria relacionada. Saneamento, gerenciamento de resíduos, energia de baixo carbono, proteção costeira, mobilidade e transporte sustentável e gestão de riscos climáticos são algumas das temáticas presentes no Plano. (Plano de Ação Climática, 2023). O Plano de Riscos e Desastres ainda não existe, a única informação presente no portal do João Pessoa Sustentável [2023] é o termo de referência sobre a contratação da empresa para realizar o serviço de construção, implantação e suporte do que seria uma ferramenta virtual de gerenciamento de riscos e desastres da prefeitura. No documento, consta que o pagamento da contratação será feito com recursos do BID.

A proposta do Parque Socioambiental é parte de um estudo realizado desde 2021 pela Prefeitura Municipal de João Pessoa e resultado da investigação de campo feita pelo Consórcio Terra/Promon, contratado através do Programa João Pessoa Sustentável. (Santos, 2022). A ideia é construí-lo na área onde funcionava o Lixão do Roger, que foi desativado em 2003, e recuperar a área, além da função urbana (iluminação, ciclovias, calçadas, rede de drenagem de águas pluviais) e social (parque infantil, quadras e arquibancadas, área de artes e cultura). Na notícia escrita por Mayra Santos no jornal estatal A União (2022), traz trechos de falas de moradores do bairro, elogiando a iniciativa.

“Para Alexandre Rodrigues, 36 anos, que é casado e possui seis filhos e morador da localidade, o parque socioambiental vai trazer benefícios para todos. “Será muito bom porque vai beneficiar a comunidade, sinto falta de uma área de lazer. Para a gente ir para uma área de lazer, precisamos nos deslocar para Lagoa, porque aqui não tem”, comentou. Já Cristiane Machado, 38, tem quatro filhos e afirmou que “pelo menos vai ter um espaço mais perto para levar as crianças para brincar, eles gostam, eles pedem para levar para Lagoa, porque lá tem parquinho para elas se divertirem”.

Sobre a questão fiscal e de governança, fica evidente na Figura 3, que as questões de gastos públicos, gestão da dívida, gestão por resultados, impostos e autonomia financeira, e gestão pública moderna precisavam ser analisadas. No site do João Pessoa Sustentável [2023] consta um texto de três linhas sobre o melhoramento da gestão tributária, que está em segundo plano quando observa-se os termos de referência sobre readequação de prédios públicos, aquisição de equipamentos de informática e termo de contratação de empresas para prestação de serviços em Tecnologia da Informação e Comunicação, o que demonstra que os problemas tocantes à modernização foram prioridade nos ajustes realizados no Plano de Ação de 2014.

Além da aparente falta de investigação da realidade local por parte do BID, que aparentemente não se torna um obstáculo, devido à presença da PMJP na formulação e execução dos projetos, há outros pontos questionáveis sobre gestão ambiental e planejamento

urbano. Citado anteriormente, o Complexo Beira Rio (CBR), formado pelas comunidades Santa Clara, São Rafael, Tito Silva, Cafofo Liberdade, Brasília de Palha, Vila Tambauzinho, Miramar e Padre Hildon Bandeira, é uma área de interesse do João Pessoa Sustentável.

As propostas acerca do CBR incluem obras voltadas para construção de conjuntos habitacionais e um Parque Linear, a fim de evitar novas ocupações irregulares. De acordo com a PMJP (2022), as famílias que precisarem ser removidas das comunidades da Beira Rio por uma questão de segurança poderão escolher uma das alternativas de reassentamento previstas pelo Programa. São elas: transferência de 565 famílias para três conjuntos habitacionais que vão ser construídos na região da Beira Rio; reassentamento rotativo, que é a reconstrução de imóveis na comunidade desde que a área não seja de risco; compra assistida; troca de beneficiário; indenização para casos específicos.

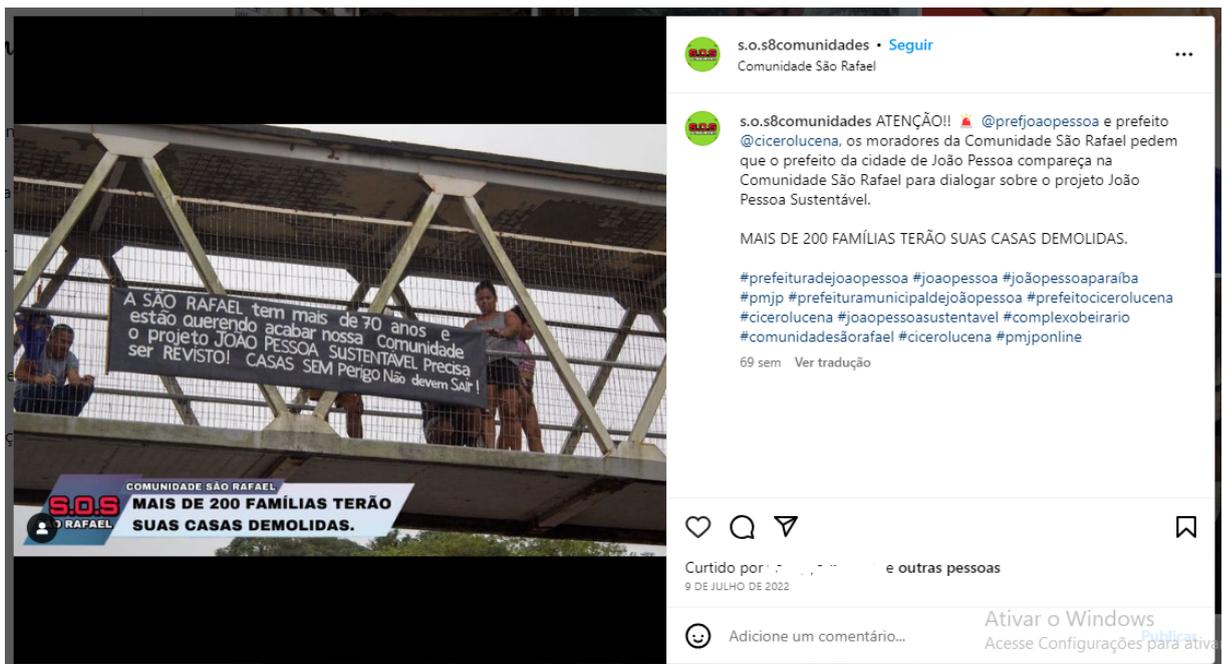
Segundo Silva, Nascimento e Santos (2022), com base em análises de custo-benefício feitas pelo BID para o financiamento do projeto, está prevista uma valorização imobiliária de até 30%, até 2024, em bairros do entorno das comunidades e do futuro parque linear. Isso faz com que os cidadãos questionem se o projeto visa desenvolvimento ou gentrificação, e com isso vários moradores das oito comunidades se organizaram, até mesmo nas redes sociais, para expor os impactos e condições do João Pessoa Sustentável. O perfil “s.o.s8comunidades” no Instagram conta com mais de mil seguidores e sua primeira publicação foi realizada em 2022. Na página da internet do Programa, existe uma aba de “Consultas Públicas”, e a primeira publicação sobre é de 13 de abril de 2023, referente a uma Consulta Pública do Plano de Reassentamento e Relocalização (PERR) em Santa Clara. Nas seguintes figuras (Figuras 5, 6, 7 e 8), pode-se observar algumas das centenas de publicações do perfil.

**Figura 5-** Foto de cartazes em uma plenária do orçamento estadual que aconteceu dia 10 de junho de 2022. A imagem foi publicada no dia 05 de julho de 2022.



(Fonte: Perfil s.o.s8comunidades no Instagram, 2022)

**Figura 6-** Foto de um cartaz dos moradores da comunidade São Rafael pedindo revisão do projeto. Foi publicada no dia 09 de julho de 2022.



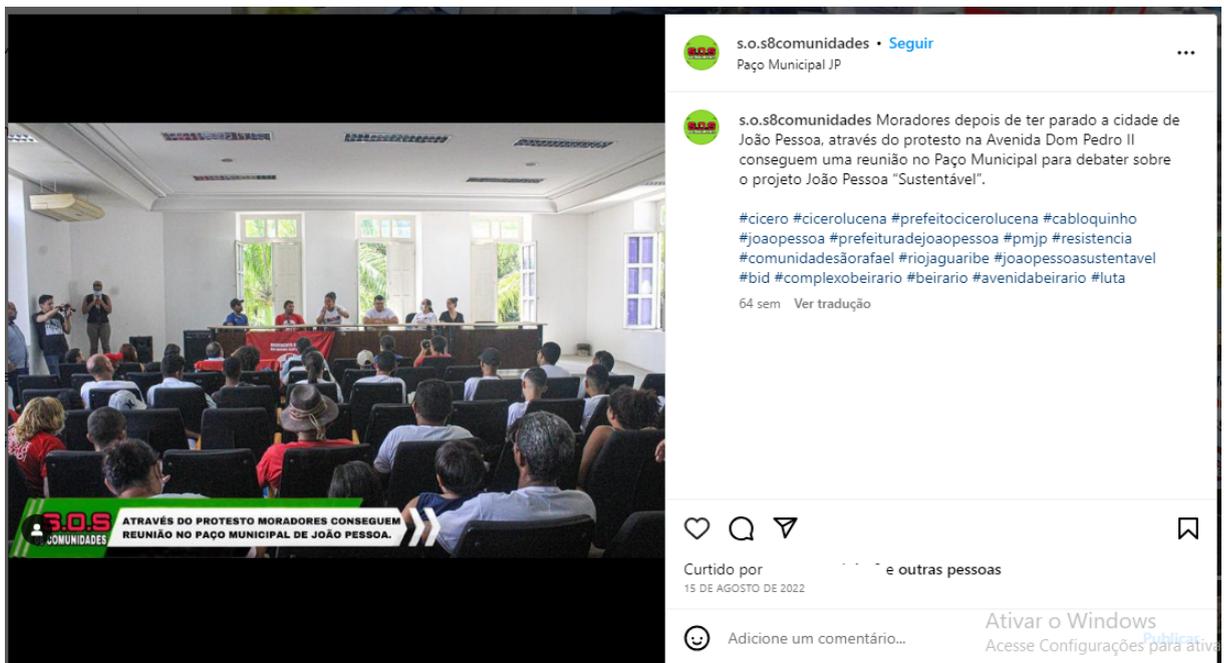
(Fonte: Perfil s.o.s8comunidades no Instagram, 2022)

**Figura 7-** Foto de um protesto dos moradores das comunidades na Avenida Dom Pedro II. A publicação foi feita no dia 11 de agosto de 2022.



(Fonte: Perfil s.o.s8comunidades no Instagram, 2022)

**Figura 8-** Foto dos moradores das comunidades no Paço Municipal para debater o João Pessoa Sustentável, após o protesto. Foi publicado no dia 15 de agosto de 2022.



(Fonte: Perfil s.o.s8comunidades no Instagram, 2022)

Em 2023, outras comunidades também já tiveram o PERR apresentado, com administradores públicos indo às comunidades para falar sobre a realocização, medidas de compensação e regularização das famílias que permanecerão no território após a urbanização. Analisando as datas das Figuras 5, 6, 7 e 8, consegue-se entender que o diálogo com os gestores aconteceu depois de muita pressão popular, não apenas no perfil, mas em protestos em avenidas movimentadas da cidade. Essa situação exemplifica que projetos não adequados à realidade da cidade podem ser feitos também por gestões locais, e não apenas por equipes estrangeiras.

## **5. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A pesquisa expõe aspectos necessários para a compreensão da associação das temáticas, como as definições conceituais e a evolução das questões sustentável e urbana nas agendas internacionais. Por meio das contextualizações feitas antes da seção 4.2, o questionamento feito acerca do João Pessoa Sustentável ganha sentido, além de legitimar o vínculo entre os temas, já que o projeto é fruto de uma iniciativa fundamentada entre a cooperação de uma organização internacional e o governo, em sua esfera municipal, que se propõe a desenvolver de maneira sustentável as cidades, mas que também possui convicções distintas daquelas que foram escolhidas para nortear a definição de DS no presente trabalho.

José Rogério Lopes (2010) evidencia que as dificuldades atuais das políticas sociais que combatem pobreza e exclusão e se propõem universais é que quando elas passam a ser focalizadas, muitas vezes não compreendem as diferenças que cada pequeno grupo ou comunidade possui e ignoram o traço constitutivo da política, que seria incluir. Dentro da mesma cidade, a população do bairro do Rangel pode considerar que o Parque Socioambiental atende suas demandas, e os moradores do CBR podem não se sentirem contemplados pelo parque linear. Mendes e Lima (2005), enquanto escrevem sob a ótica do institucionalismo neoliberal, desenvolvem que diante da existência de interesses compartilhados pelos atores, os Estados podem desistir de obter ganhos no presente e reconhecer os regimes internacionais como meios de construir seus objetivos a longo prazo, e que poderiam não ser alcançados individualmente.

Apesar de reconhecer a importância da cooperação, e que sem os investimentos propostas interessantes talvez não tivessem saído do primeiro Plano de Ação em 2014, também deve haver recortes conforme a realidade específica de cada área, que no caso do CBR não foi realizado, apesar da presença de um órgão local. As próprias questões

ambientais são vistas como globais, já que todo o planeta é afetado pelas mudanças climáticas, por exemplo, mas as mesmas razões que a “Nossa Própria Agenda” fosse publicada são as que justificam as críticas ao João Pessoa Sustentável. A Comissão de Desenvolvimento e Meio Ambiente da América Latina e Caribe (CDMAALC) precisava que suas demandas regionais fossem ouvidas.

Ainda sobre agendas internacionais, Nascimento et al. (2023) expõe que a implementação de grandes projetos urbanos vinculados a sustentabilidade tem entrado em conflito com o próprio ODS 11, quando os projetos se viabilizam a partir da criação de conflitos socioambientais que geram despossessão/espoliação de bens comuns, principalmente no Sul Global. A partir do momento em que o maior beneficiado com uma proposta de desenvolvimento sejam corporações transnacionais ou bancos com seus empréstimos, o caráter sustentável não foi atingido, a partir da perspectiva que o presente trabalho escolheu seguir, de que DS encontra-se no meio do campo triangular de Connelly (2007), sendo fruto do crescimento econômico e cuidado ambiental, mas com responsabilidade social.

A ICES possui seus próprios indicadores, e a pesquisa fala sobre a dificuldade de mensurar desenvolvimento. Siedenberg (2003) expressa como um indicador exprime parcialmente um determinado aspecto, como um termômetro que registra o estado febril de uma pessoa naquele momento, mas que não é a febre em si. Na metodologia da iniciativa, fica claro que as prioridades são o setor urbano, ambiental/mudança climática e fiscal/governança. A maior parte das propostas usam como base informações e dados da cidade a partir de problemáticas nessas três áreas. Os problemas, ilustrados nas figuras 3 e 4, acerca do meio ambiente, alternam-se entre desastres naturais, gestão de resíduos sólidos, mudanças climáticas, enquanto há apenas a problemática “educação”, sem muitos detalhes. Questiona-se se o desenvolvimento social fosse uma das prioridades, se propostas relacionadas à educação ambiental e relacionadas ao exercício da cidadania, citado anteriormente na pesquisa como uma das maiores dificuldades para o desenvolvimento sustentável e enfrentamento aos problemas urbanos, poderiam ter sido desenvolvidas e feito a diferença na sociedade civil.

Para além de indagações, fica evidente que o desenvolvimento sustentável que o programa aplicado na cidade de João Pessoa preza não é igual à definição escolhida para orientar a pesquisa. Deve-se enxergar as realizações do programa com uma ótica abrangente, sabendo distinguir que há projetos que podem auxiliar a desenvolver a cidade de maneira sustentável e que a cooperação entre o BID e o município foram essenciais para que estas acontecessem, além de atestar a importância das cidades e do desenvolvimento sustentável e

que há ações, além da conscientização, sendo postas em prática por meio da cooperação entre organizações internacionais e Estados.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Márcio Lino de. **O que é a economia verde?: mapeando a disputa pelo conceito**. Dissertação (mestrado)- Universidade de Brasília, Centro de Desenvolvimento Sustentável, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável, 2018.

AMARO, Rogério Roque. **Desenvolvimento — um conceito ultrapassado ou em renovação? Da teoria à prática e da prática à teoria**, Cadernos de Estudos Africanos [Online], 4, 2003.

ANDRADE, R. O. **O BID como ator internacional no fomento de políticas públicas para cidades e municípios: uma análise sobre a Iniciativa Cidades Emergentes e Sustentáveis em João Pessoa**. 2017. 29f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Relações Internacionais) - Universidade Estadual da Paraíba, João Pessoa, 2017.

ARANTES, Pedro Fiori. **O ajuste urbano: as políticas do Banco Mundial e do BID para as cidades**. Pós. n. 20. São Paulo. Dezembro, 2006.

BID. **Plano de Ação João Pessoa Sustentável**. 2014. Disponível em <<https://webimages.iadb.org/PDF/Joao+Pessoa+Action+Plan.pdf>>. Acesso em 05 novembro 2023.

CASADO, Daniel Moreno. **A Cooperação Internacional à luz das teorias realista e liberal e sua importância em investigação criminal**. Artigo de conclusão de curso (Pós-Graduação em Relações Internacionais Contemporâneas) - Universidade Federal de Integração Latino-Americana. Foz do Iguaçu. 2017.

Clóvis Cavalcanti (Org.). FURTADO, André; STAHEL, Andri; RIBEIRO, Antônio, et al. **Desenvolvimento e Natureza: Estudos para uma sociedade sustentável**. INPSO/FUNDAJ, Instituto de Pesquisas Sociais, Fundação Joaquim Nabuco, Ministério de Educação, Governo Federal, Recife, Brasil. Outubro de 1994.

CONNELLY, S. **Mapping Sustainable Development as a Contested Concept**. Local Environment, 12 (3), 259–278. 2007.

CURTIS, S. (ed). **The Power of Cities in International Relations**, New York: Routledge. 2014.

DENIS, Michael J.. **Green IR Theory and Domestic Wars: Revisiting Environmental Conflicts in Africa**. International Journal of Research and Innovation in Social Science (IJRISS) Volume III, Issue IX, September 2019.

DINIZ, E. M. **Rio+10 results**. Revista do Departamento de Geografia, n. 15, p. 31–35. 2002.

DYER, Hugh. **The environment in international relations**. British Journal of Politics and International Relations, vol. 3. no. 1, pp. 105-114. 2001.

FERRÃO, João. **Novas Agendas Urbanas num contexto de transições globais**. Oculum ens., Campinas, 12 (2), p. 191-203, Julho- Dezembro. 2016.

FERRÃO, João; HENRIQUES, Eduardo Brito; NEVES, António Oliveira das. **Repensar as cidades de média dimensão**. vol. XXIX (129), (5.º), 1123-1147. 1994.

FURTADO, Celso. **O mito do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Círculo do Livro, 1974.

HERZ, M.; HOFFMAN, A. R. **Organizações Internacionais: história e práticas**. Elsevier, Rio de Janeiro, 2004.

**João Pessoa Sustentável**. Site do Programa João Pessoa Sustentável, 2023. Disponível em: <https://jpsustentavel.joaopessoa.pb.gov.br/>. Acesso em 05 novembro 2023.

KEOHANE, Robert; NYE, Joseph. **Power and Interdependence: World Politics in Transition**. Boston: Little Brown, 1977.

KNISS, C. T. SAMPAIO, C. A. C.; PHILIPPI JÚNIOR, A., et al. **50 anos de Estocolmo'72 e 30 Anos da Rio'92: Reflexões sobre o Brasil Contemporâneo e os Desafios para um Futuro Sustentável**. Historia Ambiental Latinoamericana y Caribeña (HALAC) revista de la Solcha, [S. l.], v. 12, n. 3, p. 406–437, 2022.

LEIS, Héctor Ricardo. **O Labirinto: ensaios sobre ambientalismo e globalização**. São Paulo: Gaia, 1996.

MACHADO, Vilma de Fátima. **A produção do discurso do desenvolvimento sustentável: de Estocolmo à Rio-92**. 2005. 327 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável)—Universidade de Brasília, Brasília, 2005.

MARX, Vanessa. **As cidades como atores políticos nas Relações Internacionais**. 3o Encontro Nacional da Associação Brasileira de Relações Internacionais. 2011.

McGlinchey, S., Walters, R., Scheinpflug, C. **International Relations Theory**. 2017. editado por HUGH DYER, 2017.

MENDES, F. P. ; LIMA, S. K. DE. **Realismo e institucionalismo neoliberal: um panorama da evolução do mais representativos debates da Teoria das Relações Internacionais.** Fronteira: revista de iniciação científica em Relações Internacionais, v. 4, n. 7, p. 63-90, 11. 2005.

MENEZES, Henrique Zeferino de; MÁXIMO, Lucas Moura. **São as cidades sub-representadas na Política Internacional? Uma análise da participação das cidades na Habitat III.** Revista de Direito da Cidade. vol. 11, n. 4. 2019.

MONTIBELLER FILHO, Gilberto. **O mito do desenvolvimento sustentável.** 1999. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Florianópolis, 1999.

NYE, Joseph S.; KEOHANE, Robert O. **Transnational relations and World politics: An introduction.** *International Organization*, Vol. 25, No. 3, Transnational Relations and World Politics (Summer), pp. 329-349. 1971.

OLIVEIRA, Ingra Freire de. **O papel das organizações internacionais na disseminação de políticas públicas: o caso do Banco Interamericano de Desenvolvimento e a Iniciativa Cidades Emergentes e Sustentáveis (ICES) no município de João Pessoa.** Trabalho de Conclusão de Curso - Graduação em Relações Internacionais. Universidade Federal da Paraíba, 2016.

ONU, Agenda 2030. **Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável.** [2023]. Disponível em: <<https://brasil.un.org/sites/default/files/2020-09/agenda2030-pt-br.pdf>>. Último acesso em: 04 novembro 2023.

ONU. **Site do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, 2023.** Definição de *green economy*. Disponível em <<https://www.unep.org/pt-br/node/23750#:~:text=The%20UN%20Environment%20Programme%20has,in%20carbon%2C%20resource%20efficient%20and>>. Acesso em 05 novembro 2023.

O'CONNOR, James. **Capitalism, Nature, Socialism: A Theoretical Introduction.** From Capitalism, Nature, Socialism, 1, 11-38. 1986.

PEARCE, D. W; ATKINSON, G. D.; DUBOURG, W. R. **The Economics of Sustainable Development.** Annu. Rev. Energy Environ.. London, 1994.

PIMENTA, Carlos Alberto Máximo., ALVES, Cecília Pescatore., orgs. **Políticas públicas & desenvolvimento regional** [online]. Campina Grande: EDUEPB., 211. 2010.

PLANELLES, M. Acordo de Paris: os pontos-chave do pacto sobre a mudança climática/ Internacional/ **El País Brasil**. 04 novembro 2016. Disponível em <[https://brasil.elpais.com/brasil/2016/11/02/internacional/1478101060\\_412467.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2016/11/02/internacional/1478101060_412467.html)>. Acesso em 04 novembro 2023.

Prefeitura de João Pessoa. **Plano de Ação Climática**. Junho/2023. Disponível em <<https://americadosul.iclei.org/wp-content/uploads/sites/78/2023/06/sumario-joao-pessoa-we b.pdf>>.

Prefeitura de João Pessoa. **Prefeitura realiza consulta pública com artistas e artesãos do Celeiro Espaço Criativo**. 03 agosto 2023. Disponível em <<https://www.joaopessoa.pb.gov.br/noticias/prefeitura-realiza-consulta-publica-com-artistas-e-artesaos-do-celeiro-espaco-criativo/>>. Último acesso em 05 novembro 2023.

Prefeitura de João Pessoa. **Termo de referência: Contratação de empresa para realizar serviço de construção, implantação e suporte de ferramenta web, do tipo portal, com webmapping, para gerenciamento de riscos e desastres da prefeitura municipal de João Pessoa (PB) juntamente com versão para aplicativo móvel**. Maio/2023. Disponível em <[https://jpsustentavel.joaopessoa.pb.gov.br/wp-content/uploads/2023/10/Termo-de-referencia-Sistema-de-Gerenciamento-de-Riscos-e-Desastres\\_pregao\\_71002\\_2023-1.pdf](https://jpsustentavel.joaopessoa.pb.gov.br/wp-content/uploads/2023/10/Termo-de-referencia-Sistema-de-Gerenciamento-de-Riscos-e-Desastres_pregao_71002_2023-1.pdf)>.

LIMA, Myrian Del Vecchio de; RONCAGLIO, Cynthia. **Degradação socioambiental urbana, políticas públicas e cidadania**. Desenvolvimento e Meio Ambiente, ano 3, p. 53-63, 2001.

SANTOS, Alison Haley dos; PEREIRA, David Barbalho; FONSECA, Laura. **A iniciativa cidades emergentes e sustentáveis e os objetivos de desenvolvimento sustentável: Uma análise sobre as relações conceitual, metodológica e institucional**. Anais do VI SINGEP - São Paulo- Brasil - 13 e 14/11/2017.

SANTOS, Mayra. JP terá um parque onde foi o lixão. **A União**, João Pessoa, 01 agosto 2022. Disponível em : <[https://auniaio.pb.gov.br/noticias/caderno\\_paraiba/jp-tera-um-parque-onde-foi-o-lixao](https://auniaio.pb.gov.br/noticias/caderno_paraiba/jp-tera-um-parque-onde-foi-o-lixao)>. Último acesso em 01 novembro 2023.

SANTOS, Sofia José. **As cidades como atores das Relações Internacionais. A internacionalização de Lisboa: paradiplomacia de uma cidade**. Lisboa, 2017.

SIEDENBERG, D. R. **Indicadores de Desenvolvimento Socioeconômico: uma síntese**. Desenvolvimento em Questão, [S. l.], v. 1, n. 1, p. 45-71, 2011.

SILVA, Heloísa Gomes da; Nascimento, Alexandre Sabino; Santos, Danilo Freire dos. **O discurso da sustentabilidade urbana de mercado e o uso do “terror ambiental” para a**

**remoção de 8 comunidades de João Pessoa - PB.** Anais do IX Seminário PPGE0 - UFJF. Juiz de Fora, 2022.

SILVA, Isadora Patricio. **As teorias verdes de Relações Internacionais e o desenvolvimento sustentável global.** Trabalho de conclusão de curso - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências, Curso de Relações Internacionais. Marília, 2022.

SOUZA, Sinara Leandra Silva Alves de. **Agenda 2030 e suas interfaces com a política pública de turismo no Brasil.** Escola Nacional de Administração Pública (Enap) - Especialização - Trabalho de Conclusão de Curso. 2020.

TABARIN, C.. **Assentamentos humanos como temática global: Conferências das Nações Unidas sobre Assentamentos Humanos (ONU-Habitat).** Encontro Científico da Semana Acadêmica de Relações Internacionais - UFGD, Brasil, oct. 2019.

UFBA. **Site Cronologia do Pensamento Urbanístico,** 2023. Disponível em : <http://cronologiadourbanismo.ufba.br/apresentacao.php?idVerbete=1394>. Acesso em 05 novembro 2023.

VELOSO, Vitor Furtado Jerônimo. **Os limites da governança global: a governamentalidade como alternativa analítica.** Monções: Revista de Relações Internacionais da UFGD, Dourados, v. 8 n. 15 jan./jun. 2022.

VIANA, Lúcia; FONSECA, Francisco. **Impactos sociais e econômicos da atuação do Banco Interamericano de Desenvolvimento nas Políticas Públicas.** Cadernos do Desenvolvimento, Rio de Janeiro, v. 6, n. 9, p. 199-213, jul-dez. 2011.

WOLF, Vinicius. **A dimensão e o espaço do meio ambiente frente às teorias de Relações Internacionais.** IX Semana de Relações Internacionais - UNESP, Franca, 2011.

WWF Brasil. **Entrevista: Ignacy Sachs.** 28 maio 2012. Disponível em <<https://www.wwf.org.br/?31445/Entrevista-economista-Ignacy-Sachs>>. Acesso em 04 novembro 2023.

## AGRADECIMENTOS

A cada professor, dos que tive o prazer de dividir o espaço físico da sala de aula, aos que presenciei pela tela do computador durante o período pandêmico. Sou grato pela oportunidade de ter tido acesso à educação gratuita e, acima de tudo, de qualidade.

A todos os funcionários do Campus V, seja na biblioteca, nas secretarias ou mantendo o campus limpo e seguro. Sem vocês, não há universidade.

À Profª Elze, que viu potencial neste trabalho antes de mim.

Aos meus amigos, que foram essenciais, principalmente durante a pandemia e aos que conheci na universidade e foram responsáveis por torná-la mais fácil e prazerosa.

À minha família, que me demonstra apoio das mais diversas formas, e que faz eu me sentir agradecido por cada uma delas.

Aos meus pais, Mary e Alexandre, que são responsáveis por me apresentar o prazer da leitura e despertar minha criatividade. Apesar de algumas discordâncias, sou grato pelo respeito que vocês têm pelas minhas opiniões. Mas além das diferenças, sou muito mais feliz por tudo aquilo que tenho de parecido com vocês, afinal, essas são as melhores partes de mim.